

Os mortos nas fronteiras do tempo: narrativas de católicos do Cariri cearense

The dead on the borders of time: narratives of catholics from the Cariri cearense

Joaquim dos Santos*

Resumo: Este trabalho apresenta reflexões sobre crenças religiosas dedicadas às aparições dos mortos no mundo terreno e seus trânsitos no além cristão. O estudo problematiza a presença dos mortos nas memórias orais de idosos católicos residentes nos espaços urbanos e rurais da região do Cariri cearense. Desenvolvida a partir da metodologia da história oral, a pesquisa problematiza focos narrativos a respeito dos mortos situados nas fronteiras de ritos de passagens. A partir das sensibilidades dos narradores, este artigo dá destaque às crianças pagãs, aludindo suas formas de superar as fronteiras entre o mundo terreno e o além cristão.

Palavras-chave: Memória. Mortos. Tempo.

Abstract: In this work, we'll ponder about religious beliefs dedicated to the apparitions of the dead in the earthly world and its passage in the Christian beyond. The study questions the presence of the dead in the oral memories of elderly Catholics who live in urban and rural areas in the Cariri region of Ceará. Developed from the methodology of oral history, this research problematizes narrative focuses about the dead located on the borders of rites of passage. Based on the narrators' sensibilities, this article also highlights pagan children, alluding to their ways of overcoming the boundaries between the earthly world and the Christian beyond.

Keywords: Memory. Dead. Time.

Preâmbulo

Todos sabemos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo simbólicas. São produto desta capacidade

* Professor adjunto do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Líder do Núcleo de História Oral, Tradições e Diversidades (NHISTAL).

imaginária de refigurar a realidade a partir de um mundo paralelo de sinais, através do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Faz parte desse jogo de representações estabelecer classificações, hierarquias e limites, que guiam o olhar e a apreciação, pautando condutas (PESAVENTO, 2001, p. 7).

Na tradição da Igreja Católica, a dimensão espiritual da criatura humana morta na infância e não batizada ia para o Limbo. Termo originário do latim, Limbo significa borda, limite. Este, diz o historiador Michel Vovelle (2010), foi amplamente dissertado pelos padres na Europa do Ocidente medieval, momento de sua invenção, e, prosperou no século XV. É importante considerar que naquele contexto, o *além cristão* era definido como possuindo cinco lugares: o *Paraíso*, o *Purgatório*, o *Inferno*, o *Limbo das criancinhas pagãs* e o *Limbo dos patriarcas*. O lugar dedicado às criancinhas pagãs era “ao mesmo tempo indolor porque não tiveram como pecar, e sem esperança porque não foram redimidas” (VOVELLE, 2010, p. 46).¹

Como os pagãos não podiam adentrar o Paraíso, uma vez que não eram cristãos e, de igual modo, não iam para o Inferno, pois não pecaram em vida, eram destinados a vagar no Limbo, dimensão identificada por muitos escritores como um lugar sombrio, tranquilo e monótono em virtude da igualdade do tempo, como Cascudo (2002b) escreveu.

Em 19 de abril de 2007, o Vaticano publicou um documento intitulado *A Esperança da Salvação para as Crianças que Morrem sem Batismo* na sua página na Internet. Rapidamente, a notícia ganhou as manchetes da imprensa e circulou no mundo cristão. No documento, aprovado pelo Papa Bento XVI, a Santa Sé suprimiu o Limbo das criancinhas.² Os fiéis que entrevistei, durante a pesquisa de doutoramento

¹ É mister salientar que o *além* é um termo que implica delimitações, fronteiras. De acordo com Sáez (1996), a construção do imaginário sobre ele o projetou em dimensões espaciais e temporais. Como o autor indica: “Na maior parte dos casos, o Além é visualizado como uma dimensão que convive com a nossa, no tempo, mas se realiza no espaço diverso. (...) Os messiânicos tendem a um Além que, pelo contrário, deverá ocupar em outro tempo o mesmo lugar que agora habitamos. O cristianismo, ao longo dos séculos e ao longo de sua abrangência, optou por um e outro tipo de Além: em seus primórdios, ou em suas versões socialistas, pode ter colocado o Além no final da história; na versão clássica, arquitetada por Dante [Alighieri], colocou-o no outro lado da Terra, mas compartilhando a mesma história. Em geral, porém, a hierarquia católica tem preferido um Além de difícil alcance, que combina as distâncias de tempo e espaço – um universo dantesco só plenamente válido depois do Juízo Final” (SÁEZ, 1996, p.178).

² COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A esperança da salvação para as crianças que morrem sem batismo*. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_2007_0419_un-baptised-infants_po.html. Acesso em: 10/01/2017.

em História, não fizeram menção direta à dimensão do Limbo. Intitulada *A mística do tempo: narrativas sobre os mortos na região do Cariri/CE* e defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), a tese analisou as temporalidades presentes nos focos narrativos sobre aparições dos mortos no mundo terreno e seus trânsitos no além cristão. Produzidas entre 2011 e 2015, foram utilizadas 14 entrevistas realizadas com idosos, católicos integrantes de grupos de religiosos leigos e oficiais, bem como homens e mulheres conhecidos socialmente como pessoas que detinham saberes e/ou poderes com as forças do além, residentes nos espaços urbanos e rurais da região do Cariri cearense, no chamado “Nordeste” brasileiro.³

Nos limites deste artigo procuro analisar como os narradores significam as crianças mortas nas fronteiras dos ritos de passagens do nascimento e do batismo. Para isso, faço uso da metodologia da história oral, entendendo-a como *a arte da escuta* baseada em algumas relações, no sentido apresentado por Alessandro Portelli (2016). Trata-se das relações entre os “entrevistados e entrevistadores”; “entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista”; “entre a esfera pública e a privada”; e, por fim, “entre a oralidade da fonte e a escrita do historiador” (PORTELLI, 2016, p.12).

Memórias de esperança

Nas memórias gravadas no Cariri, alguns mortos foram postos à beira das fronteiras temporais de ritos de passagens. Mesclando as celeumas concernentes aos chamados de Deus, os entrecruzamentos dos tempos vividos no mundo terreno e os mistérios alusivos à eternidade e suas enunciações, alguns mortos na infância, as mulheres mortas no parto e as crianças abortadas formam um conjunto de seres reunidos sob o signo das fronteiras místicas do tempo: é uma forma de enunciação do sagrado balizada no fronteiroço.

Os mortos na infância foram hierarquizados com base nas interpretações sobre o tempo e suas formas de interação no mundo terreno, bem como a partir dos mistérios da enunciação do sagrado. Eles são anjos inventados pelo Criador no

³ A pesquisa contou com o apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

mundo terreno, nascidos do ventre da criatura humana, mas embutidas nos enigmas de Deus. Uma vez mortos na terra, eles voam na direção do Paraíso, deixando sua existência mensurada no cotidiano dos vivos.

Os anjos inventados na morte seguem uma ordem sagrada: 1. Serafins ou sarafins, aqueles nascidos mortos e, por isso, sagrados por excelência; 2. Anjos, mortos após o batismo cristão, antes dos sete anos de vida; 3. Anjos papudos, aquelas crianças que em vida provocaram pecados pela linguagem da voz (eram desobedientes aos pais, falavam palavrões, eram danados, briguentos, etc.) e ultrapassaram os limites dos sete anos. É possível identificar como as memórias sobre esses seres na atualidade apresentam focos narrativos diversificados e permeados de limites socioreligiosos hierarquizantes, definidos pela acepção divina do tempo. Eles apresentam fronteiras nominais e temporais (SANTOS, 2017).

Imersas nesse universo imagético e concreto, real e imaginado, natural e sentimental existem, também, criaturas angélicas que adentram a eternidade celeste mediante a morte durante o parto. Esses anjos provocam a salvação das mães mortas nessas ocasiões. Ou seja, elas adentram o Paraíso atendendo ao chamado de Deus, sendo guiadas por seus filhos, anjinhos. Nas memórias, a salvação da mãe que morre no parto também acontece quando a criança sobrevive, pois, a vida e/ou a morte dos pequeninos não foram apontadas nas narrativas como elementos de distinção das mães mortas. Dessa maneira, o sofrimento do parto se equipara e se enlaça com as dores da morte, como se morrendo, naquele estado gestacional, a mulher sofre duas vezes, entre as fronteiras do tempo da morte e da vida em gestação. Aqui, é mister lembrar que a gestação e o parto são ritos de passagens de alcance individual e social, conforme os sentidos apresentados por Arnold Van Gennep (2013). Em algumas narrativas, elas aparecem no mundo terreno para ajudar os vivos.

Nas crenças sobre os mortos, há outros seres bastante singulares e marcados por mistérios. Trata-se dos pagãos, as crianças mortas sem o recebimento do batismo cristão (SANTOS, 2010). No momento em que conversava com o Sr. Luiz André, um agricultor de 73 anos, integrante do Terço dos Homens e da Irmandade do Santíssimo, na cidade de Porteiras, eu lhe indaguei sobre as crianças mortas sem o batismo, e ele respondeu:

Luiz André: É pagão.

Joaquim: E o que é que as pessoas diziam sobre esses?

Luiz André: Esse daí, rapaz, esse daí véi, eu acho que num tem, eu acho que Deus num colhi esse tipo não. Eu acho que Deus num colhi esse tipo. De entrar lá. É que nem fosse um bruto né. Porque a pessoa quando não é batizado é um animal. É um animal. Ali nunca recebeu uma água benta; nunca recebeu o sal; a luz que é a luz do mundo, a luz do Céu, que é a vela, que até no sábado de Aleluia, nós ascende as velas. Ascende aquele, aquele que se chama o, aquela velona desse tamanho [gesticula com as mãos], o trilho, o trilho né. A gente ascende primeiro ela pra depois ascender as outras porque ali é o fogo novo. O primeiro fogo. E a água, a água benta. Bota água lá o padre benze.

[Interrupção de uma vizinha por um minuto]

Joaquim: Aí os pagãos, nós estávamos conversando.

Luiz André: Aí os pagãos. Os pagãos não vê. Não vê a água benta, que o padre lava né com água benta; o sal, na boca; a cinza benta na testa, que nós tem; o óleo, o óleo bento que vem do papa. O papa manda pros bispos, e vem a vela acesa. O fogo novo. Ó no correr de ano pra ano o fogo é novo.

Joaquim: E ele se renova na Semana Santa?

Luiz André: Se renova na Semana Santa. É no sábado de Aleluia.

Joaquim: E o que acontece com a alma pagã, já que ela não vai pro Céu?

Luiz André: Acho que ficam rodando. Acho que essas almas que ficam rodando assim é essas que é pagão né, que ficam pelejando pra entrar lá e Deus num aceita, porque não chegou a vez dele, pra ele.⁴

Como resultado desses limites sociorreligiosos, os mortos não batizados foram projetados em zonas confusas e temerosas, entre o mundo terreno, segundo alguns dos narradores, e o além incerto, para outros. Tudo isso justificou a construção cultural do medo sobre as intempéries de morrer antes do rito batismal. Por esse motivo, tradicionalmente, as crianças dos sertões eram batizadas o mais rápido possível. Muitas não alcançavam tal êxito. Mas, contrariando os ensinamentos oficiais do catolicismo, difundidos desde a Idade Média, os narradores indicam que há esperança de salvação para o pagão. E para alcançá-la, ele precisa chorar.

Durante a gravação das entrevistas, todos os narradores falaram sobre o choro dos pagãos, mesmo quando não foram interpelados sobre o assunto. Este é um foco narrativo que os entrevistados fizeram questão de mencionar e exemplificar. A título de exemplo, ressaltamos as memórias de Maria Alexandre, conhecida como Dona Losinha, de 77 anos, dona de casa aposentada e que já integrou a Irmandade do Coração de Jesus, em Cariús-CE, sua terra natal. Desde 1984, ela reside na cidade do Crato. Católica, mas também frequentava uma igreja evangélica. Eis suas memórias:

⁴ Entrevista realizada com Luiz André Tavares, em 28/04/2015, na sua residência, Bairro Campo Santo. Porteiras. p.19-20.

Joaquim: A senhora ouviu o choro?

Losinha: Não, quem ouvia.. Uma vez foi meu esposo. E ele não tinha medo de alma não. E ele disse que acordou com aquela criança chorando, chorando muito mesmo, soluçando. Aí ele foi levantou, ele sabia que eu tinha medo de alma e ele não ia me acordar né. Aí ele disse que olhou. Aí disse que viu só aquela luzinha assim, bem azulzinha. Aí ele disse que olhou, olhou e disse:

— Eu num sei o que é isso não.

Voltou e foi se deitar. Aí quando foi no outro dia, ele contou a nós. Aí eu digo:

— Ave Maria, pois eu num olho nem mais pra essa área.

Aí que eu tenho o maior medo. Nós num ficava não. Dentro de casa. Depois de seis horas, nós ficava na calçada ou no alpendre com medo das almas [gaguejos].⁵

Nessa lembrança, o pagão morto chorava tanto que soluçava. Dona Losinha e uma outra narradora fizeram referência à luzinha azul como sendo a forma pela qual os pagãos apareciam aos olhos dos vivos. Mas, não discorrem sobre essas bioluminescências. Nas demais entrevistas, não foram mencionadas referências às visualidades dos pagãos. Contudo, é mister frisar que as “luzinhas” são tradicionalmente signos associados às almas, vistas reluzindo locais nos quais pessoas foram mortas e/ou seus corpos foram enterrados, sobretudo nos caminhos e veredas rurais (PINHEIRO, 1950; FREYRE, 2008; SANTOS, 2009).⁶

Vale sublinhar que os pagãos não são os únicos mortos a se lastimarem. Nas entrevistas que realizei, há vários casos indicativos dos clamores e de outras manifestações sonoras das almas no mundo terreno. Para alguns narradores, todavia, a choradeira do pagão tem uma tonalidade diferenciada ou um modo próprio de se manifestar: ela é uma lamentação com voz fina e melosa.

Segundo o senhor Nivaldo Santos, a choradeira dos pagãos é bastante específica. Embora demonstre que não acredita no choro desses mortos porque

⁵ Entrevista realizada com Maria Alexandre da Silva, em 02/05/2015, na sua residência, bairro São Miguel, Crato, p. 5.

⁶ Pinheiro narrou sobre as aparições de uma luz bonita e azulada no local onde um padre foi assassinado, em 1824, na zona rural do município de Aurora, no Cariri (PINHEIRO, 1950, p. 98). Freyre indagou se a continuidade das aparições das “luzinhas misteriosas nos morros onde houve guerra” era uma herança das tradições celtas, pois “entre algumas populações europeias mais rústicas se encontra, ainda hoje – disse Years [um poeta irlandês que ele conheceu] a crença de aparecerem luzinhas misteriosas em antigos campos de batalhas. Ou nas suas imediações. Luzinhas esquisitas que aparecem e desaparecem como fachos que se avistassem a mais de légua, do tamanho de lanternas de carro de cavalo. Que mudam de lugar. Que podem ser vistas a grandes distâncias, como as luzes naturais não podem” (FREYRE, 2008, p.70-71). Santos (2009) analisou as aparições dessas luzes na Cruz da Rufina, no Cariri.

nunca escutou tal som, esse penitente de 65 anos, agricultor residente no sítio Brito, em Barbalha, mencionou os saberes que outrora aprendeu com os mais velhos: “O povo dizia que os pagãos chorava. E era feio, um choro feio. Mas eu num acredito não que nunca ouvi”.⁷

Na acepção deste narrador, o “choro feio” assumiu no passado um caráter diferenciado, como forma de identificar que aquele murmúrio não era pronunciado por um vivo. Seu Nivaldo não soube explicar mais elementos através dos quais fosse possível identificar aquele som. Ele apenas o enquadrrou como um choro feio, aludindo, assim, à tristeza do morto. Contudo, para outros narradores, tal lamentação era semelhante à sonoridade produzida por uma criança viva. Eis outro trecho da entrevista realizada com Dona Toinha:

Joaquim: E os mais velhos contavam como era?

Dona Toinha: Aqueles que morria pagão chorava e a gente batizava. Enterrava ele nas cruz dos caminhos, e eles chorava. *Tinha um tempo que ele chorava.* Aí, a gente ia e batizava. Aqueles que morriam sem o batismo. Porque batismo é sagrado né?

Joaquim: E como é que eles choravam?

Dona Toinha: Do jeito de uma criança mesmo, chorava do mesmo jeito e a gente ia batizar.

Joaquim: A senhora chegou a escutar?

Dona Toinha: Cheguei não, eu num cheguei a escutar choro de criança não. Mas o povo dizia que pagão chorava.⁸

Diferente da narrativa de seu Nivaldo, Antônia Rodrigues, que também nunca ouviu a lamentação dos pagãos, não duvidou da sua existência no passado. Conhecida como Dona Toinha, essa católica de 87 anos costurava as mortalhas e ajudava a cumprir os ritos fúnebres (arrumar o morto) dos moradores de Monte Alverne, zona rural do município do Crato. Nas suas memórias, não há distinções entre o choro das crianças vivas e daquelas falecidas. Para a entrevistada, o som meloso na escuta das pessoas despertava a percepção da presença sonora dos mortos infantis no convívio dos vivos. Todavia, se para Dona Toinha o choro dos pagãos era um assunto presente entre as muitas vozes do passado, para outros narradores, esse

⁷ Entrevista realizada com Nivaldo Santos, em 05/04/2015, na residência do seu irmão Antônio Sales, sítio Cabeceiras, Barbalha p. 22.

⁸ Entrevista realizada com Antônia Rodrigues, em 04/04/2015, na residência da sua filha, bairro Vila Alta, cidade do Crato. p.8. Grifo meu.

continua assumindo tonalidade nas trelas da contemporaneidade e, além disso, se fazendo presente nos tempos vividos e espaços palmilhados pelos narradores.

Nas falas de alguns entrevistados mais jovens, como é o caso da ex-feirante e manicure Cida, amiga e vizinha da neta de Dona Toinha, hoje, o antigo saber dos mais velhos é conhecido por todos: jovens, adultos e velhos. Consoante suas palavras, tal conhecimento amplamente difundido tem consistência na veracidade do som meloso, reiterado pela afirmação de outras pessoas:

É tanto que, isso daí, os mais velhos e gente novo também, como minha mãe sabe, que minha mãe já tem idade, mais eu sei que você sabe, sua mãe sabe, todos sabem (...). *Muitas vezes você vê um choro que não é de uma criança chorando. Você vê, você escuta aquele choro. E os mais velhos dizia.*⁹

Nestas palavras, a partir da vibração sonora, as pessoas construíram uma visibilidade do morto pagão não representada através do olhar, mas sim no sentir sua presença mediante o choro misterioso. Entretanto, na atualidade, a choradeira dos pagãos pode ser confundida com o som transmitido via rádio, televisão ou mesmo de uma criança viva que, porventura, esteja por perto de quem escute o murmúrio. Cida contou, ainda, que quando o fiel escuta algum choro deve procurar a direção de onde o som é propagado e observar se há algum equipamento de comunicação, como televisivos ou fonográficos, produzindo a sonoridade. Se, além disso, não houver nenhuma criança por perto, é, por certo, tratar-se do clamor dos pagãos. A narradora indica como perceber a voz chorosa desses mortos:

Porque tem muita vez que você escuta um choro. Se um dia acontecer de você ouvir algum choro que não seja, que não tenha um bebê dentro da sua casa, num tenha uma televisão ligada com um bebê chorando, num tenha nada, muitas vezes os mais velhos diz:
— Diga que é um pagão.
Mesmo sem saber, mesmo sem saber onde está. Mesmo sem saber quem é.¹⁰

⁹ Entrevista realizada com Maria A. N. Roque, em 11/09/2014, na sua residência, no Centro do Crato, p. 14-15. Grifo meu.

¹⁰ Entrevista realizada com Maria A. N. Roque, em 11/09/2014, na sua residência, no Centro do Crato, p.15.

É interessante notar que não há necessidade de saber quem são os pais do pequeno morto e/ou a qual família ele pertence. Igualmente, não há exigências sobre seu nome. Em certa medida e em certo sentido, a identidade e o sexo da criança morta não têm relevância nas memórias.

Nas memórias construídas por Dona Toinha, há um tempo determinado para o som do choro ecoar e para os vivos que o escutarem irem batizá-lo. Sobre essa questão, cabe indagar: como os narradores interpretam essas temporalidades?

Seguindo essa inquietude, é verossímil como há referências atribuídas ao tempo cronológico do calendário e, não contraditoriamente e igualmente não menos importante, menções ao tempo vivido dos narrados, ou melhor, a momentos específicos do seu cotidiano. Ademais, há recortes no tempo natural, entre o dia e a noite. Sobre a primeira referência temporal mencionada, os indícios apresentados por Dona Losinha são importantes:

Os que morriam pagãos, eles com sete anos eles choravam. Aí pegava e batizava. Pegava sal, água aí rezava e fazia cruz e batizava os pagãozinhos que choravam. Lá no Juazeiro nós escutemos foi muito choro de criança (...). Diz que com sete anos que a criança é pagão, diz que ele chora e a pessoa batiza. Ali no conjunto Santa Luzia mesmo já chorou, um menino. É por todo canto.¹¹

Tais memórias dão continuidade a alguns saberes outrora propalados. Segundo os escritos de Câmara Cascudo (2002a), datados no século XX, no passado havia a delimitação temporal que encerrava o choro dos pagãos e que limitava o tempo do batismo das almas. Tal lamentação ocorria até os sete anos, o que correspondia aos tempos fronteiraços da idade das crianças.

Semelhante às memórias de Dona Losinha, outros narradores delimitaram os setes anos como o tempo limítrofe em que o choro poderia ecoar. Nessas narrativas, um detalhe merece ser destacado: eles se referiram ao passado. Na contramão dessa temporalidade, a penitente Maria Generosa, de 81 anos, aponta para alguns indícios bastante significativos sobre a contemporaneidade. Eis um fragmento do nosso diálogo:

¹¹ Entrevista realizada com Maria Alexandre da Silva, em 02/05/2015, na sua residência, bairro São Miguel, Crato, p.5.

Maria Generosa: Agora chorinho assim que o povo diz com sete dias que morre né. Aí escuta o choro. Aí a pessoa tendo coragem batiza. Mas não é todo mundo que tem coragem de batizar.

Joaquim: E qual é o tempo da alma chorar?

Maria Generosa: É com sete dias que morre. Batiza no vento, criança, José, que todo mundo é José e Maria:

— Deus te batize em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.
Reza o creio em Deus Pai e acaba tudo.¹²

Talvez a narradora tenha confundido os anos com os dias ao delimitar a temporalidade do choro dos pagãos. Foi isso que pensei inicialmente. Por essa razão, repeti a pergunta, e ela prontamente reafirmou os sete dias como o recorte temporal para o batismo do morto, no vento. Nessa nova delimitação temporal, o tempo foi reduzido de forma significativa. Como se os ritmos do além seguissem os compassos da contemporaneidade no mundo terreno, sendo este marcado, dentre outras experiências, pela velocidade temporal das relações, os pagãos possuem menos tempo para chorar e, com isso, obterem a possibilidade da salvação.

Embora haja uma ressignificação do tempo nessas memórias, a recorrência do numeral sete é um signo relevante na narrativa. Vale sublinhar que, como diz Goody (2012), a repetição é uma das características mais marcantes das ‘formas orais padronizadas’. Ampliando esse horizonte, é importante pôr em relevo que a repetição também provoca a reinvenção. Desse modo, no passar dos tempos, novos detalhes foram inseridos, alargando, reduzindo ou suprimindo signos na tradição oral sobre o choro dos pagãos, a exemplo do tempo destinado à lamentação.

Sobre os limites do tempo, eu ainda perguntei a Maria Generosa:

Joaquim: E se passar dos sete dias e a criança não chorar?

Maria Generosa: Chora, tem que chorar que é mode ter quem batize.

Joaquim: De todo jeito ela vai chorar?

Maria Generosa: É que tem gente que num batiza né. Vê aquele choro:

— Vixe Nossa Senhora, não, não.

Mas é uma criança, é dos pagãos (...).

Joaquim: E tem o mesmo valor?

Maria Generosa: Tem o mesmo valor. Batizou pronto. Não chora mais. Agora tem gente que faz é correr logo com medo [Risos].¹³

¹² Entrevista realizada com Maria Generosa, em 18/04/2015, na sua residência, bairro Casas Populares, na cidade de Porteiras. p. 14.

¹³ Entrevista realizada com Maria Generosa, em 18/04/2015, na sua residência, bairro Casas Populares, na cidade de Porteiras.p. 14. Grifo meu.

Entre o medo sentido pelos outros e suas risadas na ocasião de realização da entrevista, a penitente Maria Generosa foi enfática da necessidade do choro. Nas suas palavras, aquela alma não tem opção. De toda forma, ela terá que chorar para ser batizada e obter a salvação. Concomitante, ela e todos os demais narradores, narraram sobre o fim do murmúrio pagão a partir do seu rito batismal.

As memórias de Dona Toinha trazem ao cerne do debate mais um elemento místico sobre essa questão:

Joaquim: E tem um tempo certo para chorar e para batizar?

Dona Toinha: Tem. Tem o tempo certo. *Quando chega o tempo deles se salvar*, aí eles chora. Aí a pessoa vai e batiza o anjo que morre sem o batismo.

Joaquim: Então não era qualquer tempo que ele chorava não?

Dona Toinha: Não era não. Tem o tempo deles chorar. Aquele tempo que ele chora e a gente vai e batiza. Aí se acaba a gente não vê mais.¹⁴

Para Dona Toinha, existe uma relação direta entre o momento do choro do pagão e o tempo destinado para a sua salvação. Há um tempo certo, porém, não decifrado, creio eu por se tratar de uma incógnita divina. É o Pai celeste quem decide o momento de salvar o pagão. Nesse enigma do tempo, cabe aos vivos esperar o momento da lamentação e realizar a vontade de Deus.

Mais três questões vêm à baila: de onde o som misterioso do choro dos pagãos é propagado? Como os narradores significam as dimensões do além ou os espaços terrenos a partir dos quais a lamentação pagã se propaga e ressoa no presente? Quais os focos narrativos são estabelecidos mediante a relação entre as temporalidades e espacialidades?

Algumas respostas foram elaboradas pelos narradores quando o teor das entrevistas foi direcionado para os espaços nos quais os pagãos eram enterrados. Nos

¹⁴ Entrevista realizada com Antônia Rodrigues, em 04/04/2015, na residência de sua filha, bairro Vila Alta, Crato. p.8. Grifo meu.

diálogos com as incelenças do sítio Cabeceiras, do município de Barbalha¹⁵, indícios significativos foram postos nos nossos entreolhares:

Joaquim: Têm também aqueles lugares que as pessoas enterram essas crianças? (...)

Suely: Na porta do cemitério.

Chica Lôra: Num pé de um cruzeiro. Pode enterrar em qualquer canto. Muita gente enterra até no quintal de casa, num quintal assim que nem esse meu. Enterra até no quintal da casa. Num podia, enterrava no portão do cemitério pelo lado de fora, mas do lado de dentro não podia.

Mayane: Os mais velhos diziam que não podiam.

Chica Lôra: E outra, nós morava bem vizinho do cemitério, uma vez. Tinha sempre um anjinho que chorava meia noite. O povo dizia que era pagão, aí a minha vó escutou que toda doze hora da noite ela estava no cemitério rezando né? Aí escutou o neném chorar, aí ela batizou, batizou e pronto, acabou o choro. Quer dizer que o batismo rogou né?¹⁶

Uma referência foi enfatizada nas memórias relacionadas ao tempo natural, entre o dia e a noite. Francisca Rodrigues, mulher católica de 71 anos, conhecida como Dona Chica Lôra, enfatiza os momentos noturnos, mais precisamente, à meia-noite, como os tempos para escutar aquele choro. E ela não foi a única entrevistada a tecer essa demarcação temporal. Ao que tudo indica, essas memórias seguem os saberes enredados na tradição dos mais velhos. Todavia, para alguns narradores da atualidade, o som choroso não tem uma temporalidade diurna ou noturna adequada, reguladora ou frequente. No tempo presente, ele pode ser escutado a qualquer momento, no claro do dia ou na escuridão da noite.

Dona Chica Lôra e sua filha, Suely Matos, 32 anos, enfatizaram que o choro ecoava nas proximidades de um cemitério. Entretanto, como elas mesmas explicam, isso não quer dizer que ele soava do lado de dentro do Campo Santo. Tanto elas quanto outros narradores foram enfáticos na interdição ante posta aos corpos mortos

¹⁵ As incelenças são mulheres integrantes de um grupo religioso assim nomeado. Elas são familiares dos homens do Grupo de Penitentes nomeado Irmandade da Cruz, do sítio Cabeceiras. As incelenças costumavam cantar orações nos ritos fúnebres católicos do lugar. Atualmente, se apresentam em festividades culturais, como é o caso da festa do pau da bandeira de Santo Antônio, em Barbalha, reconhecida como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Sobre o grupo de incelenças, ver Lima (2017).

¹⁶Entrevista realizada com Francisca Rodrigues de Matos e Suely Matos, em 15/09/2013, na residência de Suely, sítio Cabeceiras, Barbalha, p. 5.

dos pagãos: a tradição ensinava que deveriam ser enterrados na porta externa dos cemitérios, nos contornos dos cruzeiros dispersos ou mesmo no quintal de casa.¹⁷

Esses enterramentos nas proximidades das residências nos remetem às práticas fúnebres antiquíssimas. Philippe Ariès (2006) afirmou que durante muito tempo permaneceu no país Basco, na Europa, o costume de enterrar no jardim de casa o corpo da criança morta sem o batismo. Tal pesquisador francês apresenta essa informação dando ênfase ao que parecia uma indiferença tocante à morte de crianças na Europa, até meados do século XIX.¹⁸

Nas conversas gravadas durante a pesquisa de campo, uma resposta que vai ao encontro das memórias de Dona Chica Lôra e que aprofunda esse debate despertou minha atenção. Eu perguntei ao agricultor Luiz André se todos os pagãos choravam ou se havia diferenças entre eles. Rapidamente, seu Luiz me respondeu: “é aquele que vai enterrado, que já nasce fora de tempo. Já fora do tempo que vai enterrado sem num ser no cemitério comum, assim que nem esse daí [aponta para a direção do cemitério da cidade] sendo no mato, eu acho que chora né”.¹⁹

Seu Luiz construiu uma relação direta e justaposta entre o tempo e o espaço. Primeiramente, enfatizou como o pagão está situado fora do tempo desde o nascimento. Aqui, vale enfatizar que nascer fora do tempo significa também nascer antes do tempo adequado, isto é, ser natimorto ou falecer durante e/ou após o parto. Mas, ainda conforme o narrador, não são todos aqueles que emitem o choro meloso. São, sim, aqueles que, além de serem nascidos “fora do tempo”, estão igualmente situados fora dos espaços oficialmente tidos como sagrados destinados culturalmente aos sepultamentos dos corpos mortos. E, por fim, se estes foram excluídos destas

¹⁷ Como lembra Luiz Vailati (2010), tais enterramentos fora dos espaços sagrados eram práticas antigas oriundas da histórica segregação dos sepultamentos dos corpos mortos no Ocidente cristão, em virtude dos critérios socioreligiosos instituídos pela Igreja e pelo Estado. Pagãos, suicidas, ateus, entre outros, não possuíam o direito de serem sepultados nos espaços oficialmente considerados como sagrados.

¹⁸ Segundo Ariès: “Talvez, houvesse aí uma sobrevivência de ritos muito antigos, de oferendas sacrificiais. Ou será que simplesmente as crianças mortas muito cedo eram enterradas em qualquer lugar, como hoje se enterra um animal doméstico, um gato ou um cachorro? A criança era tão insignificante, tão mal entrada na vida, que não se temia que após a morte ela voltasse para importunar os vivos” (ARIÈS, 2006, p. 22). Outrossim, ao se reportar ao Cariri cearense, não podemos deixar de considerar as antiquíssimas tradições fúnebres do povo Kariri. Todavia, não encontrei, durante o desenvolvimento da pesquisa, estudos apurados sobre suas tradições fúnebres, a não ser, referências sobre os enterramentos dos corpos em urnas funerárias, mencionadas, por exemplo, na obra de Araújo (1971, p. 136-141).

¹⁹ Entrevista realizada com Luiz André Tavares, em 28/04/2015, na sua residência, Bairro Campo Santo. Porteiras. p. 21.

espacialidades é porque não foram batizados. Há, nesses termos, uma (con)fusão de significados.

Ao passo em que narrava sobre os momentos do cotidiano no qual era possível escutar o choro dos pagãos, Dona Toinha discorreu:

Joaquim: E tinha uma idade certa para ele chorar?

Dona Toinha: Tem. Só gostam de chorar naqueles tempos de reza nas igrejas, que a gente vai pra as novenas, para a missa, aí a gente escuta aquele choro assim, naqueles cemitérios assim por dentro do mato que gosta de enterrar naqueles cemitérios do mato. Aí a gente escuta aquele choro. Aí a gente vai e batiza [silêncio].

Joaquim: E essas crianças num erram enterradas nos cemitérios não?

Dona Toinha: Era não. Os que morre sem batismo, sendo pagão, não enterram no cemitério não. Enterram assim num, onde tem um curral, aonde tem um mato verde, uma coisa, um pé de pau, a gente vai a enterra lá. Num enterra no cemitério não.

Joaquim: E porque o curral e o pé de pau?

Dona Toinha: É porque o curral é abençoado. O curral de gado é abençoado. Num disse que o Cão vinha correndo atrás de um vaqueiro. Aí disse que o vaqueiro correu, correu, correu, correu, correu. Aí disse que pulou dentro de um curral de gado. Aí disse que ele disse assim:

— Foi o que te valeu.

Porque o gado é abençoado. É, abençoado por Deus.

Joaquim: E o pé de pau [árvore, planta]?

Dona Toinha: O pé de pau também é, que é da natureza. O pé de pau é da natureza. É das obras de Deus, é da natureza. Toda árvore é da natureza. Toda árvore é abençoada por Deus porque é da natureza.²⁰

Os “tempos de rezas nas igrejas”, isto é, os momentos cotidianos nos quais os fiéis saem das suas moradas e percorrem espaços em rituais religiosos são identificados como propícios para eles escutarem o murmúrio dos pagãos. Nesses termos, é comum escutarmos narrativas que apontam para a necessidade daquelas pessoas, residentes nas proximidades dos cemitérios oficiais ou que muito transitam por veredas rurais, ficarem alerta para a possibilidade de ouvirem o choro do morto pedindo o batismo.

Na narratividade, o choro ecoa dos “cemitérios” existentes nos matos, bem como dos currais de boi e das árvores. No chamado “Nordeste brasileiro”, estes também eram espaços nos quais, tradicionalmente, os corpos das criancinhas pagãos

²⁰ Entrevista realizada com Antônia Rodrigues, em 04/04/2015, na residência de sua filha, bairro Vila Alta, Crato. p. 9.

eram enterrados, em virtude da interdição sobre eles que prevaleceu até o fim do padroado, quando a Igreja Católica detinha o controle sobre os sepultamentos nos espaços sagrados, como Igrejas e capelas, até meados do século XIX, e Campos Santos, a partir da sua invenção e difusão no território brasileiro no delinear do oitocentos. Entretanto, como fora inserida na construção imaginária, portanto, numa longa duração, a tradição permaneceu na paisagem cultural do século XX, e perdura até hoje.²¹

Confesso que não encontrei, durante o desenvolvimento da pesquisa de campo, cruzes demarcando os enterros de crianças pagãs em currais e/ou debaixo de árvores. Mas encontrei, de fato, muitos túmulos de pagãos nos contornos das cruzes que marcam os espaços sobre os quais pessoas foram vítimas de morte trágica.²² Tais túmulos são visíveis e demarcados com outras cruzes pequenas, às vezes pintadas de azul, outras de rosa, ou simplesmente, apenas com a cor das próprias madeiras com as quais os artefatos foram produzidos. Às vezes, são rodeadas de pedras que ajudam a dar sustentação às cruzinhas. Muitas possuem fitinhas de devoção, imagens quebradas de santos nos seus contornos, restos de velas e, em alguns casos, lixo e mato.

Nos espaços rurais e nas periferias urbanas do Cariri contemporâneo, esses espaços ainda existem, embora venham sofrendo um processo de destruição e silenciamento, dentre outras causas, promovidos por parte dos poderes públicos e religiosos – aspectos, outrora, também percebidos por Oswald Barroso (1989) sobre o sertão cearense nas décadas iniciais da segunda metade do século XX – bem como em virtude da expansão das cidades e ocupação de espaços que, no passado, ficavam distantes dos centros urbanos. Eram e, alguns casos, continuam sendo esses “cemitérios dos/nos matos” espaços exclusivos para os enterramentos dos corpos de

²¹ Alceu Maynard (2004, p.78) já narra nos anos 1960 como os cemitérios de pagãos eram facilmente vistos nas beiras das estradas do Nordeste brasileiro, identificados, segundo ele, por causas de três cruzes juntas que os caracterizavam.

²² A morte trágica é uma categoria já pensada por José Reis (1991) que designa sobre o Brasil de outrora os vitimados de uma morte repentina, sem preparação espiritual e material, estando, portanto, fora de um plano. Esses casos agregam as vítimas de assassinatos, afogamentos, acidentes, sujeitos atacados e/ou devorados por feras, mortos de fome e de sede. Essa categoria difere da ‘pedagogia católica do bem morrer’, isto é, dos ensinamentos tocantes aos ritos de tempo e de espaço destinados ao momento da morte e do transpasse do morto ao outro mundo. Sobre essa pedagogia, ver Rodrigues (2005, p.39-40).

crianças não batizadas, outrora chamados de “cemitérios de pagãos”. Hoje, também são conhecidos como cemitérios de anjinhos.

Dito isso, o que está em evidência nas memórias é que o pagão chora no tempo específico de Deus e, concomitantemente, no tempo histórico do cotidiano dos fiéis. E seu reclame ressoa a partir do local no qual seu corpo foi enterrado. Daí a necessidade de, após escutar o choro, encontrar o espaço no qual o corpo morto está e realizar simbolicamente o rito do batismo do morto. Este ritual assume, por conseguinte, a conotação de uma reparação diante da histórica segregação dos seus corpos e de suas almas.

Dona Joana, a agricultora que possui um cemitério de anjinhos no quintal da sua morada, no alto da Chapada do Araripe, narrou sobre o ritual do batismo do pagão e explicou como ele ocorre: “É, e batizar: - José e Maria, eu te batizo com as palavras do Nosso Senhor Jesus Cristo. Aí a gente vai e joga água na cruz. Aí eles ficam batizados. É aí tem que ser em formato de cruz”.²³

Conforme essas memórias, é necessário jogar água durante a ritualística batismal. Para a entrevistada mencionada, o líquido deve ser jogado sobre a cruz que marca a sepultura do pagão, igualmente formando o gesto do crucifixo. Com efeito, na mímica cotidiana, esse gesto significa abençoar. Portanto, a tradição o indica como detentor de aspectos mágicos. Nesse sentido, molhar o cruzeiro representa batizar e abençoar o corpo morto, ali enterrado, e a alma pagã que o circunda e o adeja. Estabelecendo essas conexões, os significados da água depositada sobre o túmulo do pagão provocam o nascimento do ser cristão, mesmo estando morto.

Agora, o nome do pequenino ganha relevância, posto que a alma deve ser nomeada. Isso faz com que, pelo menos em princípio, ela seja integrada na memória familiar. Dando prosseguimento à antiga tradição católica já apontada por Vainfas e Souza (2002) sobre a América portuguesa, os fiéis fazem uso dos nomes de santos e santas de sua devoção, seguindo a crença segundo a qual o novo cristão é protegido pelo santo(a) escolhido(a). Na grande maioria das vezes, as almas recebem apenas o primeiro nome, que comumente é Maria, caso menina, e José ou João, se for menino.

Como o nome do morto, a partir desse momento batizado, não consta em documentos que podem e/ou poderiam atestar sua vida e morte, visto que muitos não

²³ Entrevista realizada com Dona Joana [pseudônimo], em 12/06/2011, na sua residência, zona rural de Porteirias. p.1-2.

possuem sequer o registro de nascimento, em alguns casos, ele é inscrito na cruz de madeira erguida no seu túmulo, quando ela existe. Comumente, junto ao nome do novo anjinho é inscrito também a data do nascimento e da morte da criança que, na grande maioria dos casos detectados, são as mesmas.

Diferente das memórias de Dona Joana, a narrativa da manicure Cida diz que, na atualidade, não é necessário ir até o túmulo do pagão para realizar o batismo da alma. Ela conta que ao ouvir o choro sobrenatural, o fiel deverá dizer as palavras ritualísticas na direção da lamentação, dispensando o uso do simbolismo da água. Assim, ela contou:

Muitas vezes você vê um choro que não é de uma criança chorando. Você vê, você escuta aquele choro. E os mais velhos dizia:
— Ó, se vocês ouvir aquele choro, aí você pode responder assim:
— Se for homem, eu te batizo com o nome de João, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. E se for mulher eu te batizo com o nome de Maria, em nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo.
Esses aí é os anjinhos pagãos que morreram sem ser batizados.²⁴

Isso coloca em cena algumas mudanças e continuidades acerca das sensibilidades e práticas religiosas dos fiéis entrevistados, ao passo em que elucida aspectos das malhas do catolicismo vivido nos sertões de ontem e de hoje, urdidos, grosso modo, segundo as necessidades dos fiéis.

Na contemporaneidade, o batismo da alma também foi projetado em contradições e imerso em situações intrigantes e instigantes, pondo em cena os confrontos entre os ensinamentos da tradição dos mais velhos, e as necessidades do tempo presente.

Segundo a manicure Cida, logo que as mulheres engravidam, elas devem procurar os padrinhos da criança. Na sua narrativa, uma vez atribuída a alguém para apadrinhá-la, ainda no ventre materno, os poderes divinos firmam o laço sagrado com o espírito. Necessariamente, a alma presa no interior da criança em processo de formação já tem quem a interceda, pelo menos nas orações. E se caso os pais desejarem mudar os escolhidos antes do batismo oficial, eles até podem fazê-lo, no entanto, tal alteração não tem valor para os poderes celestes. Desta maneira, os primeiros sujeitos continuarão sendo os padrinhos da criancinha:

²⁴ Entrevista realizada com Maria A. N. Roque, em 11/09/2014, na sua residência, no Centro do Crato, p.15.

É tanto que você quando você está grávida, engrávida, o certo mesmo é você engravidar e já procurar os padrinhos. Porque padrinho é uma coisa muito fina né, pra uma criança. E a criança, se a criança nascer morta, o povo disse que nasce batizada porque você já deu seu filho pra aquele... vamos supor que você está grávida. Aí diz:

— Ó eu vou te dar meu filho pra tu ser padrinho.

Aí quando, por qualquer coisa, você tem raiva dele. Desiste de dar o filho pra ele.

— Você num vai mais ser o padrinho do meu filho.

E dá pra outra pessoa, aquele leva seu filho pra Igreja, se batiza, mas quem continua sendo o padrinho vai ser ele. Mas hoje em dia é porque o povo num liga, num leva as coisas a sério, num sabe? ²⁵

Nestas memórias, as ambiguidades tocantes ao batismo da alma obtêm lugar, o que, do seu lado, pluralizam o lugar da interpretação. Enquanto para alguns narradores há necessidade de batizar a criança após seu nascimento, para outros, o sentido simbólico desse ritual acontece desde o momento no qual os pais escolhem seus padrinhos, pois, estes são indicados como “coisas muito finas”, ou seja, importantes. Caso, por alguma desventura, a criança faleça, ainda no ventre da mãe, ela já estará apadrinhada. E, embora não tenha recebido as águas santas na pia batismal, sua dimensão espiritual carrega a marca cristã:

Se ela por acaso tivesse, se alguém der um filho, engravidasse:

— Eu vou te dar meu filho pra tu ser padrinho tu aceita?

Que também é pecado você dizer que não aceita. Aí:

— aceito.

Pronto! se ironia do destino aquela criança nascer morta, ela já nasce batizada. Por que? Porque você já é o padrinho. Se a mãe desistir de te dar o filho pra ser padrinho por qualquer motivo que seja, dá pra outro. Aquele leva pra Igreja, batiza, mais o padrinho continua sendo você.²⁶

Dessa maneira, a intenção inicial atribuída ao Céu para selar o apadrinhamento vale mais do que mesmo o rito realizado na terra. Entretanto, isso não é um consenso entre os narradores. Aliás, Cida foi a única a falar sobre essa redefinição.

Essas memórias evidenciam a complexidade da relação entre os significados do tempo, o choro dos pagãos e seu batismo, posto que também colocam em relevo

²⁵ Entrevista realizada com Maria A. N. Roque, em 11/09/2014, na sua residência, no Centro do Crato. p. 15.

²⁶ Entrevista realizada com Maria A. N. Roque, em 11/09/2014, na sua residência, no Centro do Crato. p.15.

suas relações com o compadrio. A partir das cartas escritas pelos devotos para o Pe. Cícero, o historiador Régis Lopes Ramos (2011) lembra que o compadrio fortalecia as relações entre os católicos. Os laços de apadrinhamento ampliavam a noção de família, urdida a partir de um acordo entre os pais e os sujeitos escolhidos por eles para serem os padrinhos da criança viva. Aceitando o convite, o padrinho e a madrinha passavam a orientar e proteger o(a) afilhado(a). Criava-se, então, uma irmandade de apoio mútuo entre os pais, padrinhos, madrinhas e os pequenos apadrinhados, irmandade esta baseada nas relações de veneração e confiança.

Nos casos concernentes ao batismo dos pagãos, mais uma questão merece ser indagada: como a criança já estava morta, qual a utilidade do compadrio? Para compreender essa questão, vale conferir a narrativa do agricultor Luiz André:

Lá detrás da minha casa, que morava um senhor, bem pobrezinho que nós botemos pra morar lá. A mulher dele foi e teve uma criança. Abortou. Já conhecia, era uma menina. Era grandinha assim [gesticula com as mãos o tamanho de um feto]. Tinha perna, braço, tudo, tudo. Aí já conhecia. Era uma menina fêmea. Aí a parteira foi e disse:

— Não, pode enterrar aí na biqueira da casa.

Aí cavaro o buraco e aí enterraro. Aí ele foi, esse senhor, vai e derruba a casa e foi morar em outra casa assim embaixo, em outra casa mais melhor. Com sete dias, com sete dias, eu num vi não. Eu num vou dizer que vi, mas minha cunhada, ainda hoje ela é viva, viu a criança, o choro da criança lá nos torrão da casa. Com sete dias não, lá vem, com sete meses, viu a criança chorando. Aí meu irmão chamava Zé. Ela disse:

— José, ali tem um choro de um menino ali.

Aí Zé disse:

— Oxe, conversa homem!

— Tem, vem escutar.

Aí Zé arroudeou a casa e ficou assim na biqueira casa. Aí viu o choro. Lá nos torrão. Ele disse:

— Angelita, que é a mãe de Ciê, tu sabe quem é? A mãe de Ciê.

— Eita Angelita, é o menino de Pastora, que a mulher que morava lá chamava Pastora, é o menino de Pastora que tá chorando ali. Foi enterrado pagão. Vamos batizar?

Aí Angelita disse:

— Oxen Zé, como?

— Batizando. Chegar lá se benze e reza um Padre Nosso e, o ato de confissão, e pronto.

Aí foro lá, rezaro o Padre Nosso lá, o ato de confissão. Aí [gesticula com as mãos] acabou-se, num chorou mais não. Aí ficou. Aí Zé foi e disse ao homem lá, chamava Manel.

— Manel agora nós somos compadre.

Morreram compadres. Por causa dessa criança que não chorou mais não. Eu num vi não, mas Zé me contou e Angelita que é minha cunhada me contou.²⁷

O caso narrado indica como os laços firmados no batizado das almas pagãs fortalecem as relações de irmandade e apoio mútuos entre os vivos. É mister frisar que promover o ritual do batismo constituía uma obrigação de quem escutava a lamentação dos pagãos. Segundo os entrevistados, a pessoa que assim o fizer, se tornará o padrinho ou a madrinha do morto, caso seja homem ou mulher, respectivamente. Além disso, ele(a) terá, nas relações terrenas, um novo compadre ou comadre, ligados pelas forças celestes, uma vez que o morto batizado será, no imaginário dos narradores, um ser intercessor daqueles que ficaram no mundo terreno.

Vale reiterar que nas crenças dos entrevistados, o batismo do morto pagão o transforma em um anjo cristão, ou seja, o liberta das amarras do tempo terreno e o projeta nos resplendores celestes. Desse modo, o ritual tem o mesmo sentido atribuído ao rito realizado com a criança viva: ele insere a criatura no tempo sagrado e nas dimensões do além cristão. Se o sujeito batizar a alma que chora, ele a livrará das fronteiras entre o mundo terreno e o além, e ela, por sua vez, intercederá por ele junto aos poderes divinos, após seu ingresso no Paraíso. Como em vida a criança não escolhe seus padrinhos, igualmente sua alma parece não selecionar quem irá apadrinhá-la. O mais importante recai na realização do batismo e na sua consequente saída do desconforto da zona terrena.

Dona Joana diz já ter batizado as cruzes, os túmulos e as almas das criancinhas por duas vezes.

Já batizei duas vezes. Aí pronto, depois que eu batizei essa última vez... Uma vez chorou, eu ainda era moça. Eu estava em casa de noite. Aí foi o meninim chorou. Aí eu disse:

— Oxente, os pagãos tá chorando.

Nós corremos pra lá. Eu num sabia batizar né. Aí quando mãe chegou, que mãe tava na casa de minha irmã. Aí mãe foi e disse:

— Minha filha porque tu num batiza? Só é batizar. Só é chamar por José e Maria e rezar um Padre Nosso e uma Ave Maria tá batizado, e jogar água. Aí eu disse:

— Tá bom mãe, pois agora eu vou ficar esperta.

²⁷ Entrevista realizada com Luiz André Tavares, em 28/04/2015, na sua residência, Bairro Campo Santo. Porteiras. p. 20-21.

Aí eu sei que passou um tempo. Aí quando eu me casei, que eu tive minha primeira menina. Morreu. Eu fui e enterrei ali. Aí quando foi com um tempo chorou. Aí eu digo os pagãos tá chorando de novo. Aí eu corri. Aí quando eu cheguei lá, aí eu fui batizei. Aí pronto num chorou mais não, desse tempo prá cá não. Já tem bem uns doze anos. E não chorou mais não. Nunca mais eu ouvi não.²⁸

Nascida e criada no mesmo lugar onde mora, Dona Joana cresceu cuidando do cemitério de anjinhos situado nas proximidades da residência de sua mãe, antiga zeladora do espaço que, por sua vez, herdou da própria mãe. Posteriormente, Dona Joana assumiu os cuidados dos túmulos dos anjinhos, protegendo-os. Trata-se, portanto, de um cemitério familiar, cuja existência possui pelo menos três gerações.

Considerações finais

As memórias apresentadas colocam em cena o lugar social de cada narrador. Pois, o ouvir contar as narrativas sobre a prisão e as aparições do choro dos mortos pagãos na Terra lança luz sobre as visões de mundo dos entrevistados, visões estas que entremeiam e entrelaçam saberes diversos. Nesse sentido, a tradição oral não era apenas contada, era também encenada, vivida no ritual do batismo. Ela assume, portanto, um aspecto prático na vida dos narradores, mantendo, inclusive, os laços do compadrio.

De tudo isto, resulta que, as memórias alusivas às temporalidades do chamado de Deus, suas conexões entre as dores e as alegrias do destino humano e as intempéries vividas na concretude da existência dos narradores, evidenciam leituras de mundo nas quais os anjinhos, em suas variadas faces e hierarquias, as mortas em gestação, durante e após o parto, e as criancinhas abortadas são projetadas nas *fronteiras do tempo*.

Há, nessas construções, sentidos místicos alusivos aos enigmas de Deus, ao ouvir e ao sentir experiências humanas e transcendentais. Pelo exposto, os mistérios do sagrado vêm à tona nas memórias, fazendo emergir tentativas de compreensão dos mistérios divinos sobre o tempo do entremeio, da passagem dos

²⁸ Entrevista realizada com Dona Joana [pseudônimo], em 12/06/2011, na sua residência, zona rural do município de Porteirinhas, p. 1-2.

vivos pela Terra e das cenas de enunciações. Nesses termos, as dimensões sagrada e profana da vida e da morte são postas num movimento complexo de nivelamento da criatura humana, do tempo e do próprio sagrado.

As fronteiras do tempo foram pensadas a partir dos focos narrativos apresentados pelos narradores, quando estes explicavam os sentidos atribuídos aqueles que faleceram ou morreram à beira do rito de passagem do nascimento e do batismo. Nesse sentido, o anjinho, morto na gestação, no nascimento ou logo após esse rito, ficou à beira do mundo terreno, não sendo inserido nos signos do tempo dos vivos. Ele integra o mundo celeste. Nasceram vivos e/ou mortos para não pertencerem às temporalidades mundanas, mas sim, para atenderem ao chamado de Deus, ao passo em que reforçam a presença divina na terra e rememoram os saberes sobre os mistérios celestes.

Assim sendo, os anjos são hierarquizados a partir do tempo e no tempo. De igual modo, as mulheres mortas em gestação e/ou no parto – seja via morte natural ou assassinada – são inseridas nas fronteiras do tempo em virtude dos anjinhos que geravam nos seus ventres. Morrer carregando um deles e/ou falecer no momento do parto possibilita sua salvação. Nesse sentido, na contemporaneidade, tal temporalidade e circunstancialidade são sinônimos de bem-aventurança. Outrossim, os abortados – embora nas memórias estejam situados numa zona confusa ou imprecisa – morrem nas fronteiras temporais, obtendo, conforme algumas narrativas, o merecimento do Paraíso. Nesses casos, cabe a perdição no tempo àquele(a) que realizou o aborto intencional.

De igual modo, os pagãos estão situados nas fronteiras do tempo. Há continuidades das crenças sobre eles, sendo, não contraditoriamente, agregadas por outros sentidos e, portanto, ressignificadas. A criatura não batizada de outrora tornou-se um anjinho pagão, preso ao mundo terreno. Entre os setes anos ou os sete dias, sua dimensão espiritual chora. O batismo do seu corpo e/ou da sua alma, realizado a partir da ação de um vivo mediante a escuta do seu choro misterioso, o transforma em um anjo e o liberta das temporalidades terrenas, bem como o projeta no tempo cristão. Nas narrativas dos velhos e nas vozes dos seus descendentes mais jovens, o choro singular e o batismo dos pagãos permanecem como elementos agregadores da tradição oral sobre as almas não batizadas na contemporaneidade. Desta forma, o eco e o ritual atuam como canais de acesso às interpretações que os

narradores construíram sobre os lugares e destinos desses mortos entre os mundos visíveis e invisíveis, bem como sobre a singularidade das suas aparições e relações com as temporalidades e espacialidades da Terra e do além cristão. É nesse terreno do dizível e do indizível, do desejado e do indecifrável, que os fiéis projetam e ressignificam suas memórias.

Além disso, tomadas como objetos culturais da contemporaneidade, mas estando atreladas aos múltiplos saberes transmitidos entre diferentes gerações, as narrativas sobre o choro e o batismo das almas esclarecem, mediante os diálogos tecidos, os estreitos laços constitutivos das tradições orais religiosas e as demandas no cotidiano das populações do Cariri contemporâneo. Revelam, também, a maior ou menor interação e integração dos fiéis com os saberes e as normas oficiais do catolicismo.

Tudo isso coloca em cena a complexidade da fronteira. Como lembra Sandra Pesavento (2001, p.8), esse é um conceito ambivalente:

Mas as fronteiras não são apenas marcos divisórios construídos, que representam limites e que estabelecem divisões. Elas também induzem a pensar na passagem, na comunicação, no diálogo e no intercâmbio. Figurando um trânsito não apenas de lugar, mas também de situação ou época, essa dimensão da fronteira aponta para a instigante reflexão de que, pelo contato e permeabilidade, a fronteira possibilita o surgimento de algo novo, híbrido, diferente, mestiço, de um terceiro que se insinua nesta situação de passagem.

Portanto, os mortos à beira do rito de passagem do nascimento e do batismo cristão são situados nas memórias estando nas fronteiras do tempo. As narrativas indicam como as temporalidades designam e hierarquizam o sagrado, bem como possibilitam a salvação a partir da situação de passagem.

Referências

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore Nacional III**: ritos, sabsença, linguagem, artes populares, técnicas tradicionais. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ARAÚJO, Antônio Gomes de. **A cidade de Frei Carlos**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1971.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Fraksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BARROSO, Oswald. **Romeiros**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto; Crato: URCA, 1989.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 2002.

_____. **Superstição no Brasil**. São Paulo: Global, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Assombrações no Recife Velho**. São Paulo: Global, 2008.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Tradução Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOODY, Jack. **O mito, o ritual e o oral**. Tradução Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LIMA, Emmanuela Harakassara Rodrigues de. **Cantando a morte: a reinvenção das incelenças na cidade de Barbalha – CE (1985-2015)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, CE, 2017.

PORTELLI, Alessandro. **A história oral como a arte da escuta**. Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes**. Fortaleza: S/E, 1950.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Papel passado: Cartas entre os devotos e o Padre Cícero**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII – XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SÁEZ, Oscar Calavia. **Fantasmas falados: mitos e mortos no campo religioso brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996,

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **A mística do tempo: Narrativas sobre os mortos na região do Cariri/CE**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, CE, 2017.

_____. Anjos insubmissos: a tradição oral dos sepultamentos infantis no sul do Ceará. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v.2, n.4, p. 9-21, 2010.

_____. **No entremeio dos mundos:** tessituras da morte da Rufina na tradição oral. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, CE, 2009.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz de. **Brasil de todos os santos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina:** infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório:** ou o trabalho de luto. Tradução Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

Recebido em Julho de 2020
Aprovado em Janeiro de 2021